

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	5
1. CONTEXTO OPERACIONAL	5
2. BASE DE PREPARAÇÃO	6
3. DAS CONCESSÕES.....	19
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	19
5. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	20
6. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS	21
7. RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”	21
8. DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA.....	22
9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	23
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR.....	23
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	25
12. IMOBILIZADO	26
13. INTANGÍVEIS.....	28
14. FORNECEDORES	29
15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	29
16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	30
17. ENCARGOS REGULATÓRIOS	33
18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	33
19. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS.....	37
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	42
21. RECEITA	44
22. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - Parcela “A”	44
23. CUSTOS GERENCIÁVEIS – Parcela “B”	45
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	46
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	47
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	48
27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	57
28. SEGUROS	58
29. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	59
30. REAJUSTE TARIFÁRIO E REVISÃO TARIFÁRIA DA COMPANHIA	59
31. EVENTOS SUBSEQUENTES	60

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2011			2010		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
CIRCULANTE							
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	527.296	-	527.296	503.409	-	503.409
Consumidores e Revendedores	5	1.602.291	74.408	1.676.699	1.496.609	83.506	1.580.115
Concessionários - Transporte de Energia	5	247.049	-	247.049	273.948	-	273.948
Tributos Compensáveis	9	118.960	-	118.960	228.903	-	228.903
Despesas Antecipadas - CVA	8		237.667	237.667		246.028	246.028
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	10	81.597	-	81.597	245.258	-	245.258
Fundos Vinculados		3.279	-	3.279	14.048	-	14.048
Estoques		26.671	-	26.671	21.318	-	21.318
Contribuição de Iluminação Pública		62.889	-	62.889	52.258	-	52.258
Outros		263.107	3.539	266.646	282.110	23.872	305.982
TOTAL DO CIRCULANTE		2.933.139	315.614	3.248.753	3.117.861	353.406	3.471.267
NÃO CIRCULANTE							
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10	755.838	(12.548)	743.290	637.168	(3.110)	634.058
Tributos Compensáveis	9	247.350	-	247.350	98.718	-	98.718
Depósitos Vinculados a Litígios	11	832.466	-	832.466	641.897	-	641.897
Consumidores e Revendedores	5	61.822	-	61.822	18.491	-	18.491
Concessionários - Transporte de Energia	5	11.931	-	11.931	-	-	-
Despesas Antecipadas - CVA	8		65.104	65.104		47.619	47.619
Outros Créditos		70.171	772	70.943	46.120	5.749	51.869
Ativos Financeiros da Concessão		3.118.126	(3.118.126)	-	2.387.093	(2.387.093)	-
Imobilizado	13		5.988.358	5.988.358		4.868.084	4.868.084
Intangíveis		2.703.687	(2.546.961)	156.726	2.652.214	(2.480.991)	171.223
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		7.801.391	376.599	8.177.990	6.481.701	50.258	6.531.959
ATIVO TOTAL		10.734.530	692.213	11.426.743	9.599.562	403.664	10.003.226

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2011			2010		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
CIRCULANTE							
Empréstimos e Financiamentos	16	603.235	-	603.235	388.825	-	388.825
Debêntures	16	22.765	-	22.765	21.918	-	21.918
Fornecedores	14	753.131	-	753.131	770.139	-	770.139
Impostos, Taxas e Contribuições	15	340.956	-	340.956	263.385	-	263.385
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		109.215	-	109.215	50.842	-	50.842
Salários e Encargos Sociais		168.454	-	168.454	156.978	-	156.978
Encargos Regulatórios	17	210.312	-	210.312	304.124	-	304.124
Participações nos Lucros		59.437	-	59.437	81.641	-	81.641
Obrigações Pós-Emprego	18	53.687	-	53.687	53.579	-	53.579
Passivo Regulatório - CVA			420.880	420.880		342.616	342.616
Programas Sociais Governamentais			147.695	147.695		-	-
Recomposição Tarifária e Parcela "A"			9.646	9.646		35.799	35.799
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros	26	25.764	-	25.764	69.271	-	69.271
Contribuição de Iluminação Pública		114.586	-	114.586	93.866	-	93.866
Outros		143.219	3.442	146.661	149.960	949	150.909
TOTAL DO CIRCULANTE		2.604.761	581.663	3.186.424	2.404.528	379.364	2.783.892
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e Financiamentos	16	2.032.642	-	2.032.642	1.831.199	-	1.831.199
Debêntures	16	852.580	-	852.580	805.053	-	805.053
Provisões	19	103.684	-	103.684	31.749	-	31.749
Obrigações Pós-Emprego	18	1.339.105	-	1.339.105	1.316.001	-	1.316.001
Impostos, Taxas e Contribuições	15	661.326	110.675	772.001	508.473	170.083	678.556
Imposto de Renda e Contribuição Social	15	276.577	(145.417)	131.160	196.123	(190.733)	5.390
Passivo Regulatório - CVA			116.740	116.740		61.243	61.243
Encargos Regulatórios	17	187.753	-	187.753	109.066	-	109.066
Outros		19.639	(1)	19.638	20.471	-	20.471
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.473.306	81.997	5.555.303	4.818.135	40.593	4.858.728
TOTAL DO PASSIVO		8.078.067	663.660	8.741.727	7.222.663	419.957	7.642.620
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AO CONTROLADOR							
Capital Social	20	2.261.998	-	2.261.998	2.261.998	-	2.261.998
Reserva de Capital		-	213.358	213.358	-	-	-
Reservas de Lucros		394.465	(184.805)	209.660	114.901	(16.293)	98.608
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.656.463	28.553	2.685.016	2.376.899	(16.293)	2.360.606
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.734.530	692.213	11.426.743	9.599.562	403.664	10.003.226

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2011			2010		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	21	13.067.408	(1.645.757)	11.421.651	11.860.536	(840.468)	11.020.068
Fornecimento de Energia Elétrica		5.267.019	(440.309)	4.826.710	4.965.172	(103.360)	4.861.812
Suprimento de Energia Elétrica		-	(2.634)	(2.634)	637	6.154	6.791
Energia Elétrica de Curto Prazo		24.611	-	24.611	5.898	-	5.898
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		6.439.786	(27.495)	6.412.291	5.886.420	42.620	5.929.040
Receita de Atividade não Vinculada		-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Vinculadas		1.335.992	(1.175.319)	160.673	1.002.409	(785.882)	216.527
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		(4.557.280)	34.980	(4.522.300)	(4.147.533)	(178.130)	(4.325.663)
Tributos e Encargos		(3.454.705)	43.515	(3.411.190)	(3.202.904)	(41.191)	(3.244.095)
Federais		(1.095.619)	43.515	(1.052.104)	(1.018.403)	(41.191)	(1.059.594)
Estaduais e Municipais		(2.359.086)	-	(2.359.086)	(2.184.501)	-	(2.184.501)
Encargos da Parcela "A"		(1.102.575)	(8.535)	(1.111.110)	(944.629)	(136.939)	(1.081.568)
Reserva Global de Reversão - RGR		(64.687)	303	(64.384)	(66.179)	(7.183)	(73.362)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(42.317)	-	(42.317)	(65.391)	5.993	(59.398)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(392.095)	6.684	(385.411)	(340.620)	(16.661)	(357.281)
Conta de Consumo de Combustível - CCC		(569.263)	(15.522)	(584.785)	(435.288)	(119.088)	(554.376)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(34.213)	-	(34.213)	(37.151)	-	(37.151)
Outros Encargos (Energia de Reserva e CCC adicional)		-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		8.510.128	(1.610.777)	6.899.351	7.713.003	(1.018.598)	6.694.405
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - Parcela "A"	22	(3.628.975)	246.366	(3.382.609)	(3.561.526)	(46.940)	(3.608.466)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.770.513)	228.107	(2.542.406)	(2.762.926)	43.447	(2.719.479)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa		(165.516)	(542)	(166.058)	(162.119)	(10.254)	(172.373)
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Distribuição		(671.651)	18.323	(653.328)	(615.584)	(70.498)	(686.082)
Taxa de Fiscalização		(21.295)	29	(21.266)	(20.897)	(673)	(21.570)
CFURH		-	449	449	-	(8.962)	(8.962)
Matéria Prima/ Insumo para Geração de Energia Elétrica		-	-	-	-	-	-
Combustíveis		-	-	-	-	-	-
(-) Subvenção - CCC		-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		4.881.153	(1.364.411)	3.516.742	4.151.477	(1.065.538)	3.085.939
CUSTOS GERENCIÁVEIS - Parcela "B"	23	(3.493.873)	1.175.319	(2.318.554)	(3.092.093)	786.206	(2.305.887)
Pessoal		(766.720)	-	(766.720)	(759.155)	-	(759.155)
Obrigações Pós-Emprego		(87.331)	-	(87.331)	(78.524)	-	(78.524)
Serviços de Terceiros		(680.887)	-	(680.887)	(641.620)	139	(641.481)
Material		(64.431)	-	(64.431)	(98.929)	-	(98.929)
Arrendamentos e Aluguéis		(62.510)	-	(62.510)	(35.575)	-	(35.575)
Tributos		(50.605)	-	(50.605)	(39.260)	-	(39.260)
Seguros		(1.833)	-	(1.833)	(2.966)	-	(2.966)
Outros		(1.234.405)	1.175.319	(59.086)	(849.709)	786.067	(63.642)
Provisão Devedores Duvidosos		(85.872)	-	(85.872)	(47.565)	-	(47.565)
Provisões - Outras		(75.565)	-	(75.565)	(161.256)	-	(161.256)
Depreciação		(339.311)	-	(339.311)	(332.909)	-	(332.909)
Amortização		(44.403)	-	(44.403)	(44.625)	-	(44.625)
Despesa da Atividade Não Vinculada		-	-	-	-	-	-
RESULTADO DA ATIVIDADE DE CONCESSÃO		1.387.280	(189.092)	1.198.188	1.059.384	(279.332)	780.052
RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO		(225.509)	(66.229)	(291.738)	(248.191)	(15.519)	(263.710)
Receita Financeira	24	310.349	2.237	312.586	293.213	25.819	319.032
Despesa Financeira		(526.462)	(68.466)	(594.928)	(517.508)	(41.338)	(558.846)
Resultado da Equivalência Patrimonial		-	-	-	-	-	-
Resultado não Operacional		(9.396)	-	(9.396)	(23.896)	-	(23.896)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL		1.161.771	(255.321)	906.450	811.193	(294.851)	516.342
Imposto de Renda	15	(214.093)	63.830	(150.263)	(98.861)	68.008	(30.853)
Contribuição Social		(79.409)	22.979	(56.430)	(35.299)	24.483	(10.816)
Participações e Contribuições à Entidade de Previdência Privada		(148.298)	-	(148.298)	(236.031)	-	(236.031)
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO)		719.971	(168.512)	551.459	441.002	(202.360)	238.642

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

(a) A Companhia

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”) é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 7.336.322 consumidores em 31 de dezembro de 2011.

A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

(b) Setor Elétrico no Brasil:

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia. De acordo com os contratos de concessão, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, a Companhia pode requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos através de aumentos tarifários específicos. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”); exceto quanto à aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões; normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quanto à reavaliação compulsória dos ativos imobilizados e a constituição de ativos e passivos regulatórios.

Em 06 de março de 2012, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, sendo que foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2012.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos Balanços Patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os ativos financeiros mantidos para negociação mensurados pelo valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 10 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos;
- Nota 18 – Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 19 – Provisões;
- Nota 21 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica;
- Nota 22 – Amortização; e
- Nota 26 – Mensuração de Instrumentos Financeiros e Instrumentos Financeiros Derivativos.

2.5. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

As políticas contábeis referentes as atuais operações da Companhia são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e Depósitos Bancários, Aplicações Financeiras e Títulos e Valores Mobiliários, mensuradas ao valor justo por meio do resultado; Créditos com Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia e Fundos Vinculados, reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.

Passivos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital Social – Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo e estão descritos na Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Contábeis.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado – Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos Financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativo são reconhecidas no resultado do exercício. Foram considerados nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários e Equivalentes de Caixa.

Empréstimos e recebíveis – São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação

atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem Caixa, Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses, ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge – A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

b) Moeda Estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

c) Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia

As contas a receber de consumidores e revendedores e concessionários – transporte de energia – são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrada com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia: (i) consumidores com valores significantes, é feita uma análise do saldo a receber levando-se em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e, (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos a mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela ANEEL.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das ações em andamento para recebimento dos créditos.

d) Estoques

Os Estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado, não sendo depreciados.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Arrendamento Operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de Arrendamento Operacional são reconhecidos como despesas nas Demonstrações de Resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

f) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem direito de uso de softwares, marcas e patentes e servidão temporária.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; e, (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

g) Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo os encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. Adicionalmente, são incluídas as reavaliações compulsórias homologadas pelo órgão regulador. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 12 das Demonstras Contábeis Regulatórias.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às Obras em Andamento são apropriados às imobilizações em curso durante o período de construção.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

h) Redução ao Valor Recuperável

Ativos financeiros - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de

que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os ativos intangíveis têm o seu valor recuperável testado, caso haja indicadores de perda de valor.

i) Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida - Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de Previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido - Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados e perdas atuariais líquidas não reconhecidas e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeios que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais que excederem a 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano serão reconhecidos no resultado em aproximadamente 11 anos (tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos), desde 2009.

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no Balanço Patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, a dívida pactuada com a fundação é superior aos valores do laudo atuarial. Neste caso, o valor registrado no resultado anualmente corresponde aos encargos e variação monetária dessa dívida, alocado como despesa financeira da Companhia.

Outros benefícios de longo prazo a empregados - A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores; aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis sobre títulos de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

Os procedimentos mencionados anteriormente são utilizados para as obrigações atuariais com plano de saúde, seguro de vida e plano odontológico.

Benefícios de término de vínculo empregatício - Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

Benefícios de curto prazo a empregados - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O Passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico venha a ser requerido para saldar a obrigação.

k) Juros sobre o Capital Próprio

Os juros sobre o capital próprio pagos em substituição aos dividendos, apesar de registrados fiscalmente como despesa financeira, estão apresentados nas Demonstrações Contábeis como redutores do Patrimônio Líquido, de forma a refletir a essência da operação.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de base negativa de contribuição social, limitada a 30% da base de cálculo da Contribuição Social.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das Demonstrações Contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis e base negativa de contribuição social não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

m) Receita Operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia entregue e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão. As receitas recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede básica de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados. A receita de uso da rede de distribuição não faturada, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior e contabilizada no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

n) Receitas e Despesas Financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras abrangem encargos, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

o) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados. Não há diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

p) Novos Pronunciamentos Contábeis ainda não Adotados

Em função do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais, existe uma expectativa de que as novas normas, emendas e interpretações do IFRS a serem emitidas pelo IASB sejam também aprovadas pelo CPC no Brasil antes da data requerida para que entrem em vigor.

Dessa forma, seguem abaixo, na interpretação da Companhia, as alterações do IFRS previstas para ocorrerem após 31 de dezembro de 2011 e ainda não adotadas no Brasil que podem impactar as demonstrações contábeis da Companhia, estando ainda em processo de avaliação pela Administração e seus eventuais efeitos:

- IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda) - O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

- IAS 32 - As alterações do IAS 32 tem o objetivo de esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros, sendo que os principais esclarecimentos estão relacionados ao significado de um direito legalmente executável para ser liquidado pelo montante líquido e que alguns sistemas de liquidação pelo valor bruto podem ser considerados equivalentes ao de liquidação pelo valor líquido. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em, ou a partir de, 1º de janeiro de 2014.

- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas. Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações contábeis do Grupo compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira do Grupo.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração - O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2015. Em fases subsequentes, o IASB examinará contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no final de 2011 ou no primeiro semestre de 2012.

- IFRS 13 - Mensuração de Valor Justo - O IFRS 13 define valor justo, estabelece uma estrutura conceitual para mensuração do valor justo e determina as exigências de divulgação à mensuração do valor justo. A principal mudança foi a definição de valor justo como sendo um preço de saída, valor da transação na data de mensuração. Esta emenda requer que a entidade utilize técnicas de avaliação que sejam adequadas nas circunstâncias e para as quais estejam disponíveis dados suficientes, maximizando o uso de inputs observáveis relevantes e minimizando o uso de inputs não-observáveis. Para atender a emenda, a entidade deverá ter divulgações mínimas para cada classe de ativo e/ou passivo, do processo de avaliação usado por ela para as mensurações e a descrição narrativa da sensibilidade das mensurações. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

3. DAS CONCESSÕES

A Companhia detém junto à ANEEL, as seguintes concessões:

Estado de Minas Gerais	Data da Concessão	Data de Vencimento
Norte	04/1997	02/2016
Sul	04/1997	02/2016
Leste	04/1997	02/2016
Oeste	04/1997	02/2016

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo exigido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Renovação das Concessões

As concessões para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica possuem cláusula de renovação por mais 20 anos e, dessa forma, a Companhia tem a expectativa de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou nem mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2011	2010
Contas Bancárias	43.411	47.768
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	467.416	452.955
Letras Financeiras do Tesouro	2.792	713
Letras do Tesouro Nacional	909	-
Outras	12.768	1.973
	483.885	455.641
	527.296	503.409

As Aplicações Financeiras correspondem à operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 100% a 110% conforme operação).

A exposição do grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Contábeis.

5. CONSUMIDORES, REVENDADORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				2011	2010
Residencial	493.211	184.946	119.235	797.392	655.288
Industrial	150.141	35.502	244.577	430.220	406.432
Comércio, Serviços e Outras	230.919	50.135	91.025	372.079	328.717
Rural	62.436	21.976	29.718	114.130	99.161
Poder Público	67.936	9.590	19.870	97.396	87.584
Iluminação Pública	52.439	4.152	22.907	79.498	71.583
Serviço Público	39.175	3.086	41.800	84.061	104.132
Subtotal – Consumidores	1.096.257	309.387	569.132	1.974.776	1.752.897
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	880	880	917
Concessionários – Transporte de Energia	135.116	17.391	106.473	258.980	273.948
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(311.543)	(311.543)	(238.714)
Redução da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição	-	-	-	54.087	70.554
Encargos a Recuperar na Tarifa - Irrigantes e Aquicultores	-	-	-	20.321	12.952
	1.231.373	326.778	364.942	1.997.501	1.872.554
Ativo Circulante				1.923.748	1.854.063
Ativo Não Circulante				73.753	18.491

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	2011	2010
Residencial	116.995	89.569
Industrial	74.715	48.403
Comércio, Serviços e Outras	75.390	64.018
Rural	16.168	15.091
Poder Público	4.346	4.823
Iluminação Pública	11.808	11.614
Serviço Público	12.121	5.196
	311.543	238.714

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	2011	2010
Saldo no início do exercício	238.714	221.194
Baixas por Recebimentos	(13.043)	(30.045)
Constituição de Provisão	85.872	47.565
Saldo no final do exercício	311.543	238.714

6. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos), conforme demonstrado a seguir:

	2011	2010
Ativos		
Despesas Antecipadas – CVA	302.771	293.647
Revisão Tarifa de Uso da Rede de Distribuição - TUSD	3.089	3.089
Subvenção Baixa Renda (1)	-	24.120
Descontos TUSD Fonte Incentivada	24.746	58.748
Descontos TUSD Autoprodutor e Produtor Independente	29.341	11.797
Descontos concedidos a Irrigantes	20.321	12.952
Outros Ativos Regulatórios	1.222	2.421
	381.490	406.774
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(12.548)	(3.110)
	368.942	403.664
Passivos		
Parcela "A"	(9.646)	(35.799)
Passivos Regulatórios – CVA	(537.620)	(403.859)
Subvenção Baixa Renda (1)	(147.695)	-
Outros Passivos Regulatórios	(3.441)	(949)
	(698.402)	(440.607)
Impostos, Taxas e Contribuições - Obrigações Diferidas	144.655	20.650
	(553.747)	(419.957)
	(184.805)	(16.293)

(1) Referem-se a Programas Sociais Governamentais

7. RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”

a) Parcela “A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da Parcela “A” foi iniciada em março de 2008, logo após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuou em vigor para compensação dos itens da Parcela “A”.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

A medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado conforme abaixo:

b) Composição dos saldos da RTE e Parcela "A"

	Saldo em 2010	Valores Diferidos (2)	Atualização Monetária (3)	Saldo em 2011
Compensação dos itens da Parcela "A" (1)	(35.799)	27.090	(937)	(9.646)
Valor RTE a repassar Res. ANEEL 387/2009	(1.367)	1.367	-	-
	(37.166)	28.457	(937)	(9.646)

- (1) Valores homologados através das Resoluções ANEEL nºs 482 de 2002 e 001 de 2004.
- (2) Refere-se à parcela dos custos não controláveis que compõem a CVA e que não foi incluída na receita, desta forma, foi excluída do resultado.
- (3) Refere-se à atualização pela variação da SELIC entre a data do pagamento da despesa e a sua efetiva compensação no reajuste tarifário.

8. DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela "A" – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Classe de Consumidor	Saldo em 2010	Valores Diferidos (1)	Amortização (2)	Atualização Monetária (3)	Saldo em 2011
Energia Comprada para Revenda	(188.488)	(270.266)	208.334	8.343	(242.077)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	4.383	(41.565)	4.954	(4.497)	(36.725)
Encargo de Serviço do Sistema – ESS	61.362	(13.791)	(26.642)	6.637	27.566
Tarifa de transporte de energia elétrica de Itaipu	3.618	3.589	(3.072)	321	4.456
Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da Rede básica	31.640	41.256	(24.666)	1.272	49.502
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(15.909)	(17.861)	15.757	(2.943)	(20.956)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	(7.074)	(9.968)	8.107	(1.680)	(10.615)
Outros	256	(7.731)	1.904	(429)	(6.000)
	(110.212)	(316.337)	184.676	7.024	(234.849)

	2011	2010
Ativo Circulante	237.667	246.028
Ativo Não Circulante	65.104	47.619
Passivo Circulante	420.880	342.616
Passivo Não Circulante	116.740	61.243

- (1) Refere-se à parcela dos custos não controláveis que compõem a CVA e que não foi incluída na receita, desta forma, foi excluída do resultado.
- (2) Referem-se aos custos não controláveis incluídos na CVA e que foram transferidos para o resultado em função das suas inclusões na receita da Companhia.
- (3) Refere-se à atualização pela variação da SELIC entre a data do pagamento da despesa e a sua efetiva compensação no reajuste tarifário.

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	2011	2010
Circulante		
ICMS a Recuperar	73.487	145.528
COFINS	35.534	67.748
PASEP	8.490	14.704
Outros	1.449	923
	118.960	228.903
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	173.859	46.714
COFINS	61.018	42.728
PASEP	12.473	9.276
	247.350	98.718
	366.310	327.621

Os créditos de ICMS a recuperar, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para curto prazo foi feita de acordo com a previsão de realização até dezembro de 2012.

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar Não Circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até dezembro de 2012.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2011 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar apurados para o ano de 2012, registrados na rubrica de impostos e contribuições.

	2011	2010
Circulante		
Imposto de Renda	62.109	160.684
Contribuição Social	19.488	84.574
	81.597	245.258

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	2011	2010
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias		
Obrigações Pós-Emprego	265.504	252.376
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	113.785	89.023
Provisão para Contingências	35.253	10.795
Instrumentos Financeiros	59.421	33.043
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	153.155	122.309
Taxa de Administração	8.944	9.150
Variação Cambial	92.102	89.372
Outros	15.126	27.990
	743.290	634.058

(1) Referente ao Imposto de Renda sobre PASEP/COFINS.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 15 de março de 2012, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores da Cemig Distribuição referente à projeção de lucratividade futura que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2011, conforme abaixo:

2012	158.450
2013	297.050
2014	143.895
2015	143.895
	743.290

Os efeitos fiscais diferidos passivos encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Contábeis.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	2011	2010
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	906.450	516.342
Participações e Contribuições à Entidade de Previdência Privada	(148.298)	(236.031)
	758.152	280.311
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(257.772)	(95.306)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Juros sobre Capital Próprio	48.488	53.960
Incentivos Fiscais	12.096	3.254
Contribuições e Doações Indedutíveis	(3.369)	(3.659)
Acerto DIPJ ano anterior, Imposto de Renda e Contribuição Social	3.309	5.688
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(1.234)	1.171
Ajustes no PL em função de mudança de prática	-	(7.758)
Outros	(8.211)	981
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(206.693)	(41.669)
Alíquota Efetiva	27,26%	14,87%
Corrente	(354.647)	(188.518)
Diferido	147.954	146.849

A variação ocorrida na alíquota efetiva, se comparados 2011 e 2010, é decorrente, basicamente, do aumento no Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social, o que implicou em um menor efeito proporcional do benefício fiscal dos Juros sobre o Capital Próprio e demais itens em relação à alíquota efetiva apurada.

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	2011	2010
Trabalhista	135.126	119.622
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros Sobre Capital Próprio	5.700	5.700
PIS/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	472.678
Outros	1.391	332
Outros	77.627	43.565
	832.466	641.897

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Contábeis.

12. IMOBILIZADO

Os ativos imobilizados estão demonstrados com base na posição regulatória, em decorrência do órgão regulador não ter homologado a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões.

a) Composição de saldo em 31 de dezembro de 2011

	2011			2010		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	20.088.879	(11.477.986)	8.610.893	11.133.838	(5.220.406)	5.913.432
Distribuição	19.637.914	(11.101.364)	8.536.550	10.865.353	(5.029.501)	5.835.852
Terrenos	44.263	-	44.263	20.139	-	20.139
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	324.860	(185.769)	139.091	250.853	(144.206)	106.647
Máquinas e Equipamentos	19.208.723	(10.858.482)	8.350.241	10.525.625	(4.826.861)	5.698.764
Veículos	39.890	(37.109)	2.781	58.403	(48.295)	10.108
Móveis e Utensílios	20.178	(20.004)	174	10.333	(10.139)	194
Administração	450.965	(376.622)	74.343	268.485	(190.905)	77.580
Terrenos	909	-	909	997	-	997
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	90.464	(71.720)	18.744	43.661	(29.061)	14.600
Máquinas e Equipamentos	263.245	(211.995)	51.250	176.523	(117.554)	58.969
Veículos	57.189	(55.325)	1.864	27.073	(25.428)	1.645
Móveis e Utensílios	39.158	(37.582)	1.576	20.231	(18.862)	1.369
Em Curso	1.452.294	-	1.412.934	1.464.784	-	1.464.784
Distribuição	1.400.733	-	1.400.733	1.497.188	-	1.497.188
Administração	12.201	-	12.201	(32.404)	-	(32.404)
Total do Imobilizado	21.501.813	(11.477.986)	10.023.827	12.598.622	(5.220.406)	7.378.216
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(4.832.341)	796.872	(4.035.469)	(2.844.765)	334.633	(2.510.132)
Imobilizado Líquido	16.669.472	(10.681.114)	5.988.358	9.753.857	(4.885.773)	4.868.084

b) Mutações do Ativo Imobilizado em 31 de dezembro de 2011

	Saldo em 2010	Adições	Depreciação	Baixas	Capitalizações	Transferências	Ajustes Regulatórios	Saldo em 2011
Em Serviço	5.913.432	-	(477.562)	(19.771)	1.418.792	13.003	1.762.999	8.610.893
Distribuição	5.835.852	-	(464.881)	(17.501)	1.414.831	11.566	1.756.683	8.536.550
Terrenos	20.139	-	-	(1)	5.913	(23)	18.235	44.263
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	106.647	-	(9.297)	(14)	33.409	(9)	8.355	139.091
Máquinas e Equipamentos	5.698.764	-	(449.361)	(17.486)	1.375.493	12.761	1.730.070	8.350.241
Veículos	10.108	-	(6.180)	-	-	(1.163)	16	2.781
Móveis e Utensílios	194	-	(43)	-	16	-	7	174
Administração	77.580	-	(12.681)	(2.270)	3.961	1.437	6.316	74.343
Terrenos	997	-	-	-	-	(7)	(81)	909
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	14.600	-	(1.393)	(31)	582	-	4.986	18.744
Máquinas e Equipamentos	58.969	-	(9.670)	(2.215)	2.504	281	1.381	51.250
Veículos	1.645	-	(1.365)	(15)	421	1.163	15	1.864
Móveis e Utensílios	1.369	-	(253)	(9)	454	-	15	1.576
Em Curso	1.464.784	1.366.974	-	-	(1.418.792)	(31)	(1)	1.412.934
Distribuição	1.497.188	1.318.408	-	-	(1.414.831)	(31)	(1)	1.400.733
Administração	(32.404)	48.566	-	-	(3.961)	-	-	12.201
Total do Imobilizado	7.378.216	1.366.974	(477.562)	(19.771)	-	12.972	1.762.998	10.023.827
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(2.510.132)	(220.275)	136.978	-	-	-	(1.442.040)	(4.035.469)
Imobilizado Líquido	4.868.084	1.146.699	(340.584)	(19.771)	-	12.972	320.958	5.988.358

c) A composição das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica é como segue:

	2011	2010
Participação da União	(609.527)	(334.976)
Participação dos Estados	(103.761)	(40.102)
Participação dos Municípios	(376.339)	(371.902)
Participação do Consumidor	(2.934.422)	(1.756.651)
Outros	(11.420)	(6.501)
	(4.035.469)	(2.510.132)

As Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão referem-se, basicamente, a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de distribuição do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação dessas taxas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão.

As obrigações especiais são amortizadas por taxa correspondente à taxa média dos ativos de distribuição.

A taxa de depreciação média anual da Companhia, na atividade Distribuição, é de 4,19%. As principais taxas anuais de depreciação, para os exercícios de 2011 e 2010, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009, são as seguintes:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave Sistema	6,70	Software	20,00
Condutor do Sistema	5,00	Veículos	20,00
Estrutura do Sistema	5,00	Equipamento Geral	10,00
Transformador	5,00	Edificação	4,00
Disjuntor	3,00		
Banco de Capacitores	6,70		
Regulador de Tensão	4,80		

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

A Companhia transferiu para o Ativo Imobilizado os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2011	2010
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	346.420	277.345
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(46.643)	(17.116)
Efeito Líquido no Resultado	<u>299.777</u>	<u>260.229</u>

A Companhia possui registrado em seu Ativo Imobilizado, em 31 de dezembro de 2011, o valor contábil bruto de R\$1.551.819 referentes aos ativos totalmente depreciados ainda em operação. Deve ser ressaltado que esses ativos não são considerados para definição das tarifas da Companhia.

13. INTANGÍVEIS

a) Composição de saldo do Intangível na Contabilidade Regulatória

	2011			2010		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	337.076	(242.122)	94.954	305.374	(167.375)	137.999
Servidão	12.719	(187)	12.532	12.644	(139)	12.505
Software	322.865	(240.445)	82.420	291.238	(165.746)	125.492
Outros	1.492	(1.490)	2	1.492	(1.490)	2
Em Curso	61.772	-	61.772	33.224	-	33.224
Total do Ativo Intangível	<u>398.848</u>	<u>(242.122)</u>	<u>156.726</u>	<u>338.598</u>	<u>(167.375)</u>	<u>171.223</u>

b) Mutação do Intangível

	Saldo em 2010	Adições	Amortização	Baixas	Capitalização	Transferências	Ajustes Regulatórios	Saldo em 2011
Em Serviço	137.999	-	(45.429)	(24)	72	23	2.313	94.954
Servidão	12.505	-	-	(2)	-	-	29	12.532
Software	125.492	-	(45.429)	(22)	72	23	2.284	82.420
Outros	2	-	-	-	-	-	-	2
Em Curso	33.224	28.620	-	-	(72)	-	-	61.772
Total do Ativo Intangível	<u>171.223</u>	<u>28.620</u>	<u>(45.429)</u>	<u>(24)</u>	<u>-</u>	<u>23</u>	<u>2.313</u>	<u>156.726</u>

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Os ativos intangíveis Direito de Uso de Softwares, Marcas e Patentes, Servidão Temporária e outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

14. FORNECEDORES

	2011	2010
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica		
Eletrobrás – Energia de Itaipu	162.506	128.840
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	35.096	107.599
Furnas	55.464	50.121
Cemig Geração e Transmissão	28.915	28.145
Tractebel Energia	22.062	20.964
CHESF – Cia. Hidroelétrica do São Francisco	26.563	27.502
CEEE – Cia. Estadual de Energia Elétrica	13.154	13.727
Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil	14.798	11.545
CTEEP – Cia. de Trasm. de Energia Elétrica Paulista	6.990	6.191
Copel Geração e Transmissão	11.122	9.095
Eletrósul Centrais Elétricas	4.807	4.008
CESP – Cia. Energética de São Paulo	18.163	19.382
TAESA – Transm. Aliança de Energia Elétrica	2.098	-
CGTEE - Cia. de Geração Térmica de Energia Elétrica	3.165	11.840
RTE conf. Res. ANEEL 387/09	-	1.367
Outros Geradores e Distribuidores	122.999	135.666
	527.902	575.992
Materiais e Serviços	225.229	194.147
	753.131	770.139

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As Obrigações Não Circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por fazer os recolhimentos mensalmente dos impostos.

	2011	2010
Circulante		
ICMS	259.613	217.203
COFINS	37.668	16.602
PASEP	8.178	3.599
INSS	16.392	16.177
Outros	19.105	9.804
	340.956	263.385
Não Circulante		
COFINS	513.039	410.257
PASEP	111.383	89.069
	624.422	499.326
	965.378	762.711

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

As Obrigações Diferidas Não Circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social controladora referem-se, substancialmente, ao reconhecimento dos Instrumentos Financeiros (variação cambial) pelo Regime de Caixa, ajuste a valor presente, Custos de Captação de Empréstimos e Custos Atribuídos ao Ativo Imobilizado.

As demais obrigações a pagar com Imposto de Renda e Contribuição Social registradas no circulante serão compensadas com as antecipações constantes do ativo, na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar.

	2011	2010
Não Circulante		
Imposto de Renda	204.956	135.750
Contribuição Social	73.783	48.870
	278.739	184.620

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	2011						2010
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6	USD	23.541	23.448	46.989	62.597
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	7.481	27.345	34.826	51.035
KFW	2016	4,5	EUR	1.605	6.422	8.027	8.817
Dívida em Moeda Estrangeira				32.627	57.215	89.842	122.449
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	5.628	5.000	10.628	15.876
Banco do Brasil S.A	2013	107,60 do CDI	R\$	8.050	96.000	104.050	103.067
Banco do Brasil S.A	2014	104,1 do CDI	R\$	106.220	200.000	306.220	305.947
Banco do Brasil S.A (4)	2013	10,83 *	R\$	-	713.255	713.255	640.075
Banco do Brasil S.A (4)	2013	11,58**	R\$	(4.576)	(1.883)	(6.459)	(9.581)
Banco do Brasil S.A	2012	109,8 do CDI	R\$	99.114	-	99.114	148.671
Banco do Brasil S.A	2014	98,5% do CDI *	R\$	-	442.528	442.528	-
Banco do Brasil S.A (4)	2014	0,64 ***	R\$	(2.603)	(3.288)	(5.891)	-
Banco do Brasil S.A (4)	2012	106% do CDI *	R\$	100.086	-	100.086	-
Banco do Brasil S.A (4)	2012	0,32 ***	R\$	(307)	-	(307)	-
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	36.268	35.506	71.774	104.694
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	1.219	1.736	2.955	3.875
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	27.256	24.554	51.810	74.615
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	68.039	60.217	128.256	191.491
Debêntures (3)	2017	IPCA+7,96	R\$	1.678	500.970	502.648	472.333
Debêntures (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	21.087	351.610	372.697	354.638
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	73.506	354.732	428.238	373.365
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	4.342	2.024	6.366	5.891
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.622	12.490	25.112	37.672
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	35.744	32.556	68.300	101.917
Dívida em Moeda Nacional				593.373	2.828.007	3.421.380	2.924.546
TOTAL GERAL				626.000	2.885.222	3.511.222	3.046.995

- (1) As taxas de juros variam de 2,00 a 8,00 % ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano.
- (2) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos Empréstimos e Financiamentos considerando os swaps: CDI + 1,50% a.a.
- (3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (4) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08
 - a. *Taxa Contratual.
 - b. ** Taxa interna de retorno, incluindo o custo de transação.
 - c. *** Taxa equivalente

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, em 31 de dezembro de 2011, com a respectiva amortização, é como segue:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	31.022	27.638	2.095	-	-	-	-	21.058	81.813
Euro	1.605	1.606	1.606	1.606	1.606	-	-	-	8.029
	32.627	29.244	3.701	1.606	1.606	-	-	21.058	89.842
Indexadores									
IPCA (1)	1.678	-	-	166.990	166.990	166.990	-	-	502.648
IGP-M (2)	21.087	-	351.610	-	-	-	-	-	372.697
UFIR/RGR (3)	73.506	65.906	65.907	58.944	47.001	37.182	33.666	46.126	428.238
CDI (4)	497.336	502.107	405.193	-	-	-	-	-	1.404.636
Taxas pré-fixadas	(4.576)	711.372	-	-	-	-	-	-	706.796
TR (5)	1.487	-	381	95	-	-	-	-	1.963
Outros	2.855	686	77	142	214	214	214	-	4.402
	593.373	1.280.071	823.168	226.171	214.205	204.386	33.880	46.126	3.421.380
	626.000	1.309.315	826.869	227.777	215.811	204.386	33.880	67.184	3.511.222

- (1) Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA
 (2) Índice Geral de Preços –Mercado - IGP-M
 (3) Unidade Fiscal de Referência UFIR/RGR
 (4) Certificado Depósito Interbancário – CDI
 (5) Taxa Referencial

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação Acumulada em 2011 %	Variação Acumulada em 2010 %	Indexadores	Variação Acumulada em 2011 %	Variação Acumulada em 2010 %
Dólar Norte-Americano	12,58	(4,31)	IGP-M	5,10	11,32
Euro	9,25	(11,14)	CDI	11,64	9,71
			IPCA	6,64	5,63

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.046.995
Financiamentos Obtidos	625.725
Variação Monetária e Cambial	44.548
Encargos Financeiros Provisionados	349.496
Encargos Financeiros Pagos	(243.476)
Amortização de Financiamentos	(308.990)
Custo de Transação	(8.004)
Amortização Custo Transação	4.928
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.511.222

As captações de recursos durante o exercício de 2011 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Nacional			
Banco do Brasil S/A	2012	106,00 % do CDI	100.000
Banco do Brasil S/A	2014	98,5% do CDI	200.000
Banco do Brasil S/A	2014	98,5% do CDI	210.000
Eletrobras	2015	7%	17.380
Eletrobras	2017	6,50%	149
Eletrobras	2020	6%	75.322
Eletrobras	2023	6%	22.874
Total de Captações			625.725

Garantias

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor dos Empréstimos e Financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Valores em Reais
NP e Aval	1.893.070
Recebíveis	1.109.138
Sem Garantia	509.014
Total das Garantias	3.511.222

Debêntures

As Debêntures de emissão da Cemig Distribuição em 31 de dezembro de 2011, possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Forma e Classe	Saldo em 31/12/2011	Vencimento	Tipo garantia	Encargos	Covenants
CEMIG D (1)	Simplex não Conversíveis	502.648	2017	Não há	IPCA+7,96	Não há
CEMIG D (1)	Simplex não Conversíveis	372.697	2031	Quirografia	IGP-M + 10,50	Não há
Total de Debêntures		875.345				

(1) Sem cláusula de repactuação, e não há debêntures em tesouraria.

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui Empréstimos e Financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”):

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 2,5
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 4,0
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 66%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Juros	Maior ou igual a 3,0
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 75%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis

EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Todas as cláusulas restritivas, mencionadas acima, foram atendidas em 2011.

17. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2011	2010
Reserva Global de Reversão – RGR	34.870	29.330
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	50.887	40.542
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	32.674	28.385
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.806	1.697
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	2.365	2.124
Eficiência Energética	131.015	157.488
Pesquisa e Desenvolvimento	88.678	102.701
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.182	1.062
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	18.790	14.477
Encargos de Capacidade Emergencial	31.092	31.049
Adicional 0,30% da Lei 12.111/09	3.499	3.128
	398.065	413.190
Passivo Circulante	210.312	304.124
Passivo Não Circulante	187.753	109.066

18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – (“Forluz”), pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Forluz.

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado – PSI – para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológico e previdenciário nesta entidade. Em 2010 foi concluído o processo de separação do plano de saúde, sendo criada a empresa “Cemig Saúde” e mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida e Pensão de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2011.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de Pensão no montante de R\$613.102 em 31 de dezembro de 2011 (R\$628.500 em 31 de dezembro de 2010). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da Forluz, os valores passaram a ser reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no Balanço Patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada anteriormente, tendo em vista que é superior ao passivo com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida, contra patrimônio líquido na data de transição estando os impactos referentes a atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Valor Presente das Obrigações Fundeadas	4.939.332	446.843	12.902	378.271
Valor Justo dos Ativos do Plano	(4.693.813)	-	-	-
Valor presente de Obrigações não Fundeadas	245.519	446.843	12.902	378.271
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos	83.651	(33.402)	9.462	(34.386)
Passivo Líquido	329.170	413.441	22.364	343.885
Complemento Referente Dívida com a Forluz	283.932	-	-	-
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	613.102	413.441	22.364	343.885

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia registra uma obrigação adicional correspondente à diferença entre a obrigação com suplementação de aposentadoria informada no laudo atuarial e a dívida pactuada com a Fundação.

Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excederam a 10% do total das obrigações com benefícios pós-emprego vem sendo reconhecidos no resultado em aproximadamente 11 anos (tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos), desde 2009.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2010	4.539.508	409.923	12.127	328.509
Custo do Serviço Corrente	4.715	7.884	235	3.124
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	458.983	41.371	1.222	33.982
Contribuição dos Empregados	21	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	279.711	27.426	(104)	21.038
Benefícios Pagos	(343.606)	(39.761)	(578)	(8.382)
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2011	4.939.332	446.843	12.902	378.271

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2010	4.460.035
Retorno Esperado	485.048
Contribuições do Empregador	92.315
Contribuição dos Empregados	21
Benefícios pagos	(343.606)
Valor Justo dos Ativos do Plano em 31 de dezembro de 2011	4.693.813

Os valores reconhecidos na Demonstração de Resultado de 2011 são como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	4.715	7.884	235	3.124	15.958
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	458.983	41.371	1.222	33.982	535.558
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(499.579)	-	-	-	(499.579)
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	-	-	(487)	-	(487)
Despesa Conforme Laudo Atuarial	(35.881)	49.255	970	37.106	51.450
Ajuste Referente Dívida com a Forluz	112.803	-	-	-	112.803
Despesa Total em 2011	76.922	49.255	970	37.106	164.253

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2010	628.500	403.947	21.972	315.161	1.369.580
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	76.922	49.255	970	37.106	164.253
Contribuições Pagas	(92.320)	(39.761)	(578)	(8.382)	(141.041)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011	613.102	413.441	22.364	343.885	1.392.792
Passivo Circulante	53.687	-	-	-	53.687
Passivo Não Circulante	559.415	413.441	22.364	343.885	1.339.105

As despesas com Fundo de Pensão são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota. As despesas com planos de saúde, odontológico e seguro de vida são registradas como outras despesas operacionais.

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2012 é como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	4.733	8.382	242	3.572
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	478.847	43.289	1.248	37.634
Reconhecimento de (Ganhos) e Perdas Atuariais	(500.554)	-	-	-
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	-	-	(479)	-
Despesa Total em 2012	(16.974)	51.671	1.011	41.206

A expectativa de pagamento de benefícios e contribuições para o exercício de 2012 são como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Estimativa de Pagamento de Benefícios	368.296	33.919	1.015	11.311

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2012 no montante de R\$134.234.

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2011	2010
Ações de Empresas Brasileiras	16,31%	15,00%
Títulos de Renda Fixa	83,69%	85,00%
	100,00%	100,00%

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da CEMIG, controladora da Cemig Distribuição:

	2011	2010
Debêntures não Conversíveis Emitidas pela Patrocinadora	367.019	450.107
Ações Emitidas pela Patrocinadora	12.062	9.684
Imóveis da Fundação Ocupados pelas Patrocinadoras	191.606	184.914
	570.687	644.705

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2011	2010
Taxa Anual de Desconto para Valor Presente da Obrigação Atuarial – Seguro de Vida	10,10%	10,50%
Taxa Anual de Desconto para Valor Presente da Obrigação Atuarial – Demais Planos	10,07%	10,50%
Taxa Anual de Rendimento Esperado sobre os Ativos do Plano	10,98%	11,50%
Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo	4,30%	4,50%
Índice Anual Estimado de Aumentos Salariais Futuros	6,39%	6,59%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT-2000 Básica	AT-2000 Básica
Tábua Biométrica de Entrada de Invalidez	Light média	Light média
Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57	IAPB-57

19. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, ambientais, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia constituiu Provisões para Contingências para as ações cuja expectativa de perda é considerada mais provável que sim do que não que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	2010	Adições (-) Reversões	Atualizações	2011
Trabalhistas				
Diversos	11.995	5.063	1.028	18.086
Cíveis				
Danos Pessoais	4.314	39.618	-	43.932
Majoração Tarifária – Plano Cruzado	1.167	1.159	70	2.396
Ambiental	231	45	-	276
Outras	13.086	3.123	617	16.826
Fiscais				
Outras	956	2.072	81	3.109
Regulatórios				
Processos Administrativos da ANEEL	-	19.059	-	19.059
Total	31.749	70.139	1.796	103.684

A Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda mais provável que sim do que não e passivos contingentes vinculados, para processos com expectativa de perda mais provável que não do que sim

Obrigações Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por nossos empregados e empregados terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$126.088, dos quais R\$18.086 foram provisionados.

Ações Cíveis – Danos Pessoais

A Cemig D é parte em diversas ações cíveis relativas à indenização por danos morais decorrentes, principalmente, de incidentes durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$102.772, dos quais R\$43.932 foram provisionados.

A reavaliação da probabilidade de perda de diversos processos, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, foi a principal causa das constituições realizadas em 2011, no montante de R\$39.618, que passou para perda mais provável que sim do que não que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada mais provável que não do que sim que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiu o depósito judicial no valor das potenciais obrigações, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$136.391.

Participação nos Lucros e Resultados

O INSS instaurou processo administrativo contra a Controladora, em 2006, em função do não recolhimento das contribuições previdenciárias sobre os valores pagos aos empregados a título de participação nos lucros e resultados no período de 2000 a 2004, devido ao fato da fiscalização ter entendido que a Cemig não teria atendido aos requisitos descritos na Lei 10.101 de 2000. Em 2007, foi impetrado mandado de segurança buscando obter declaração de que tais pagamentos de participação nos lucros e resultados não estavam sujeitos ao pagamento da contribuição à seguridade social. A Cemig recebeu sentença, parcialmente, favorável em 2008, da qual recorreu e está aguardando decisão em segunda instância.

Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Cemig acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada mais provável que não exista uma saída de caixa para liquidar uma obrigação e o valor da contingência é de, aproximadamente, R\$140.875. Caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Cemig D será, parcialmente, impactada.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Cemig D, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento.

A expectativa de perda nestas ações é considerada mais provável que não exista uma saída de caixa para liquidar uma obrigação e o valor da contingência é de, aproximadamente, R\$477.769.

Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários

A Secretaria da Receita Federal não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$187.389.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

A Companhia é parte em diversas ações relativas ao ICMS e, caso venha a ter que recolher o tributo incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo mais a eventual multa, sendo as principais: o não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD e a demanda contratada e não utilizada que foram faturadas no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida; o Instituto Mineiro de Defesa do Consumidor (IMIDEC) impetrou Ação Civil Coletiva contra a Cemig D, onde questiona a cobrança do ICMS sobre o total da fatura e não somente com incidência sobre o serviço prestado. Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R\$330.871.

Questões Regulatórias

Conta de Resultados a Compensar (CRC)

Anteriormente a 1993, era garantida às concessionárias de energia elétrica uma taxa de retorno sobre investimentos em ativos utilizados na prestação de serviços vinculados à concessão. As tarifas cobradas eram uniformes em todo o país e os lucros gerados pelas concessionárias mais lucrativas realocados às concessionárias menos lucrativas, de forma que a taxa de retorno de todas as companhias fosse igual à média nacional. Os *déficits* eram contabilizados na CRC de cada concessionária. Quando a CRC e o conceito de retorno garantido foram abolidos, a Cemig utilizou os saldos positivos para compensar as responsabilidades junto ao Governo Federal.

A Aneel instaurou processo administrativo contra a Controladora, contestando crédito relativo aos referidos saldos positivos. Em 31 de outubro de 2002, a Aneel proferiu decisão administrativa final. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional expediu Ofício para a Cemig cobrando o valor de R\$516 milhões. A Cemig não efetuou o pagamento, por acreditar ter argumentos de mérito para a defesa judicial, e impetrou mandado de segurança para suspender a sua inclusão no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público (Cadin). Embora o mandado tenha sido indeferido em primeira instância, foi interposto recurso ao Tribunal Federal da Primeira Região que concedeu medida liminar suspendendo a inclusão no Cadin.

Nenhuma provisão foi constituída em relação a essa ação e o valor, estimado, do passivo contingente é de R\$1.014.905. Caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Cemig D será, parcialmente, impactada.

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig D é parte em várias ações civis públicas, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Cemig D na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$11.706.

Adicionalmente, a Controladora é parte em várias outras ações civis públicas com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.171.696. Caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Cemig D será, parcialmente, impactada.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia no pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL agravaram da decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$122.531.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) e a Associação Brasileira de Consumidores (ABC) impetraram ações contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que foram lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$1.061.084, sendo considerados todos os consumidores da área de concessão da Cemig Distribuição.

Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$147.517. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2011, o Capital Social da Companhia é de R\$2.261.998, representado, em 2011 e 2010, por 2.261.997.787 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig.

a) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, antes da retenção dos valores para constituição da Reserva Legal.

Os dividendos declarados, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido.

O Conselho de Administração deliberou pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio em 2011 no montante de R\$142.613. Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$48.488, reconhecidos no resultado do exercício de 2011 (R\$53.960 em 2010).

A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia foi calculada a partir do resultado societário, dessa forma, a diferença apurada entre o resultado societário e o resultado regulatório, alocada à conta de Reservas de Lucros, não alterou a base de distribuição.

O Conselho de Administração deliberou o pagamento de dividendos intermediários, referentes ao lucro societário apurado no 1º semestre de 2011, os quais foram pagos, no exercício de 2011, no montante de R\$297.794.

	2011
Dividendos Obrigatórios	
Lucro Líquido Societário do Exercício	719.971
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	359.985
Dividendos Propostos	
Juros sobre Capital Próprio	142.613
Dividendos Intercalares	297.794
Dividendos Complementares – Lucro societário de 2011	243.565
Total	683.972
Percentual de dividendos propostos em relação ao lucro societário do exercício	95,00%
Dividendos por lote de mil ações - R\$	
Dividendos Estatutários	159,14
Dividendos Propostos	302,38

Lucro por ação

O Lucro por ação em 2011 e 2010 foi de R\$0,30 e R\$0,20, respectivamente, sendo calculados com base no número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos anos mencionados.

b) Reservas de Lucros

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2011	2010
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	150.900	114.901
Dividendos adicionais propostos com base no lucro societário	243.565	-
	394.465	114.901

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$35.999 de Reserva Legal em 2011, correspondente a 5,00% do lucro societário apurado no exercício.

A Companhia registrou na Reserva de Lucros os dividendos propostos pela administração, com base no lucro societário, que excederam aos dividendos mínimos obrigatórios, previstos no Estatuto Social, no exercício de 2011, no valor de R\$243.565, que serão distribuídos quando da aprovação na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

21. RECEITA

a) Fornecimento Energia Elétrica

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	2011	2010	2011	2010
Residencial	8.548.212	8.134.143	2.168.108	1.987.237
Industrial	4.718.812	4.757.191	822.383	850.773
Comércio, Serviços e Outros	5.180.848	4.775.770	1.211.822	1.145.724
Rural	2.632.721	2.455.112	438.268	396.183
Poder Público	801.574	762.207	190.384	186.550
Iluminação Pública	1.195.078	1.067.876	157.460	140.380
Serviço Público	1.150.202	1.113.789	269.125	262.712
Subtotal	24.227.447	23.066.088	5.257.550	4.969.559
Consumo Próprio	34.932	35.505	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(430.840)	(107.747)
Total	24.262.379	23.101.593	4.826.710	4.861.812

(*) Valores em MWh informados pelo líquido da compra e venda.

b) Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica

	2011	2010
Residencial	2.135.168	1.915.666
Industrial	825.407	820.857
Comércio, Serviços e Outros	1.027.902	952.039
Rural	265.331	227.915
Poder Público	146.010	136.581
Iluminação Pública	156.687	134.407
Serviço Público	62.110	58.466
Consumidores Cativos	4.618.615	4.245.931
Consumidores Livres	1.793.676	1.683.109
Total	6.412.291	5.929.040

c) Outras Receitas Vinculadas

	2011	2010
Serviço Taxado	12.820	15.984
Outras Prestações de Serviços	17.622	12.560
Subvenções (*)	55.705	132.772
Aluguel e Arrendamento	72.441	54.688
Outras	2.085	523
	160.673	216.527

(*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela ELETROBRAS.

22. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - Parcela "A"

Energia Elétrica Comprada para Revenda	2011	2010
Energia de Itaipu Binacional	721.170	1.214.483
Energia de Curto Prazo	190.560	268.154
Contatos Bilaterais	266.886	259.281
Energia adquirida em Leilão	1.602.805	1.233.916
Créditos de PASEP/COFINS	(239.015)	(256.355)
	2.542.406	2.719.479

23. CUSTOS GERENCIÁVEIS – Parcela “B”

a) Pessoal	2011	2010
Remunerações e Encargos	687.461	678.768
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	46.446	45.845
Benefícios Assistenciais	100.449	99.514
	834.356	824.127
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(79.823)	(79.550)
Programas de Desligamento de Empregados	12.187	14.578
	766.720	759.155

Programa Desligamento Premiado – PDP

Em novembro de 2011, a Companhia criou o Programa Desligamento Premiado (PDP), de caráter permanente e aplicável às rescisões dos Contratos de Trabalho de forma livre e espontânea e está em conformidade com a Lei 12.506 de outubro de 2011, que trata de concessão do Aviso Prévio de 1 até 3 meses, e, desta forma, encerrou o antigo Programa Prêmio Desligamento (PPD).

Dentre os principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 1 remuneração bruta e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios, o pagamento do aviso prévio correspondente ao mínimo de uma remuneração (30 dias) até o máximo de 3 remunerações (90 dias), conforme determina a Lei 12.506 de 2011, e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do Programa. Até 31 de dezembro 2011, houve a adesão de 30 empregados.

b) Serviços de Terceiros	2011	2010
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	150.296	135.576
Comunicação	75.185	68.815
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	150.012	159.270
Conservação e Limpeza de Prédios	32.860	30.832
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	32.168	25.849
Mão de Obra Contratada	52.555	46.719
Fretes e Passagens	4.429	5.960
Hospedagem e Alimentação	12.735	17.165
Vigilância	8.155	7.720
Consultoria	4.380	2.226
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	33.234	33.403
Manutenção e Conservação de Veículos	16.401	21.151
Corte e Religação	26.698	31.789
Podas de Árvores	25.146	18.673
Outros	56.633	36.333
	680.887	641.481

c) Provisões - Outras	2011	2010
Prêmio de Aposentadoria	3.629	(3.783)
Contingências Trabalhistas	6.091	4.434
Provisão (reversão) para Processos Administrativos da ANEEL	19.059	(49.212)
Provisão para Ações Cíveis – Majoração Tarifária	1.229	180.362
Reversão de Provisão para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	36.872	(527)
Outras	8.685	29.982
	75.565	161.256

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2011	2010
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	73.186	53.143
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	119.916	114.259
Variações Monetárias	30.497	82.948
Variações Cambiais	46.074	49.214
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 26)	14.702	-
Outras	28.211	19.468
	312.586	319.032
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(299.777)	(260.229)
Encargos e Variação Monetária - Forluz	(76.922)	(73.107)
Variações Cambiais	(91.373)	(36.083)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(47.690)	(60.251)
Perdas com Instrumentos Financeiros (nota 26)	-	(15.302)
Variação Monetária de P&D e PEE	(25.055)	(23.462)
Outras	(54.111)	(90.412)
	(594.928)	(558.846)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDA	(282.342)	(239.814)

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 das Demonstrações Contábeis, a Companhia é uma subsidiária integral da Cemig, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Distribuição são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	10.834	4.619	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	109.215	50.842	-	-	-	-
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	4.146	2.012	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	260	247	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	3.554	3.368	28.915	28.145	50.429	66.024	(253.001)	(252.369)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	18.066	9.828	-	-	-	-	-	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	749	162	-	-	(6.234)	(5.051)
Cemig Capim Branco								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	(295)	7.320	7.318	4.349	4.109	(72.582)	(85.872)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (5)	6.657	8.619	-	-	89.267	83.800	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições – ICMS (6)	73.487	145.528	259.613	217.203	(2.358.568)	(2.184.006)	-	-
Consumidores e Revendedores (3)	25.016	39.893	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Impostos, Taxas e Contribuições – ICMS (6)	173.859	46.714	-	-	-	-	-	-
Forluz								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (4)	-	-	53.687	53.579	-	-	(87.331)	(78.524)
Despesa com Pessoal (7)	-	-	-	-	-	-	(46.446)	(45.845)
Custeio Administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(10.634)	(9.603)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (4)	-	-	1.339.105	1.316.001	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e Odontológico (9)	-	-	15.310	13.777	-	-	(34.068)	(30.511)
Andrade Gutierrez S.A.								
Circulante								
Programa Luz para Todos (10)	-	-	177	3.352	-	-	-	-
Não Circulante								
Programa Luz para Todos (10)	-	1.245	275	883	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;
- (2) A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão, Light S.A. e Cemig Capim Branco S.A. decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores;
- (3) Parcela substancial do valor refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a COPASA, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;
- (4) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Vide Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Contábeis) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (5) Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia;
- (6) As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais;
- (7) Contribuições da Companhia para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Contábeis) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (8) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.
- (9) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.
- (10) Contrato referente ao empreendimento de Implantação de lote do Programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos" na Área de Concessão da Cemig celebrado entre a Cemig Distribuição e o Consórcio Iluminas, do qual a Andrade Gutierrez é parte.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 9, 15, 16, 18, 21 e 22 das Demonstrações Contábeis.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total das remunerações aos Conselheiros de Administração e Diretores nos exercícios de 2011 e 2010 são conforme segue:

	2011	2010
Remuneração	4.585	1.644
Participação nos Resultados	993	431
Benefícios Pós Emprego	357	133
Benefícios Assistenciais	51	433
Total	5.986	2.641

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia e Fundos Vinculados. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Caixa e Depósitos Bancários, Aplicações Financeiras e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	2011		2010	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia	1.923.093	1.923.093	1.789.048	1.789.048
Fundos Vinculados	3.279	3.279	14.048	14.048
	<u>1.926.372</u>	<u>1.926.372</u>	<u>1.803.096</u>	<u>1.803.096</u>
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Caixa e Depósitos Bancários	43.411	43.411	47.768	47.768
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	483.885	483.885	455.641	455.641
Títulos e Valores Mobiliários	5.000	5.000	32	32
	<u>532.296</u>	<u>532.296</u>	<u>503.441</u>	<u>503.441</u>
Passivos Financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	753.131	753.131	770.139	770.139
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	3.511.222	3.598.107	3.046.995	3.046.995
	<u>4.264.353</u>	<u>4.351.238</u>	<u>3.817.134</u>	<u>3.817.134</u>
Valor justo por meio de resultado:				
Instrumento Derivativo - Contrato de Swap	25.764	40.031	69.271	64.366
	<u>6.748.785</u>	<u>6.849.937</u>	<u>6.192.942</u>	<u>6.188.037</u>

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da empresa.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Cemig Distribuição possuía, em 31 de dezembro de 2011, operações contratadas de *hedge*, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	2011	2010
Dólar Norte-Americano		
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 13</i>)	81.813	113.632
Operações Contratadas de Hedge/Swap	(32.312)	(45.425)
	<u>49.501</u>	<u>68.207</u>
Euro		
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 13</i>)	8.029	8.817
Passivo Líquido Exposto	<u>57.530</u>	<u>77.024</u>

Análise de Sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real no final de 2012 será de 11,82% para o dólar (R\$1,654) e 8,22% para o Euro (R\$2,234). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, cenários considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/12/2011	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 16</i>)	81.813	72.144	90.181	108.217
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	(32.312)	(28.493)	(35.617)	(42.740)
	<u>49.501</u>	<u>43.651</u>	<u>54.564</u>	<u>65.477</u>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 16</i>)	8.029	7.369	9.212	11.054
Passivo Líquido Exposto	<u>57.530</u>	<u>51.020</u>	<u>63.776</u>	<u>76.531</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial	<u>-</u>	<u>6.510</u>	<u>(12.756)</u>	<u>(25.511)</u>

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2011. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às Taxas de Juros Nacionais	2011	2010
Ativos		
Aplicações Financeiras (nota 4)	483.885	455.641
Títulos e Valores Mobiliários	5.000	32
	<u>488.885</u>	<u>455.673</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	(1.404.636)	(1.087.827)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	-
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Cambial)	(32.312)	(45.425)
	<u>(2.036.948)</u>	<u>(1.133.252)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.548.063)</u>	<u>(677.579)</u>

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC no final de 2012 será de 9,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de Hedge.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	2011	Período até 31 de dezembro de 2012		
	Cenário Base SELIC 11%	Cenário Provável SELIC 9,5%	Cenário Possível SELIC 11,88%	Cenário Remoto SELIC 14,25%
Ativos				
Aplicações Financeiras (nota 4)	483.885	529.854	592.774	605.358
Títulos e Valores Mobiliários	5.000	5.475	6.125	6.255
	<u>488.885</u>	<u>535.329</u>	<u>598.899</u>	<u>611.613</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 16)	(1.404.636)	(1.538.075)	(1.720.722)	(1.757.251)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	(654.720)	(729.358)	(744.286)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Cambial)	(32.312)	(35.382)	(36.149)	(36.916)
	<u>(2.036.948)</u>	<u>(2.228.177)</u>	<u>(2.486.229)</u>	<u>(2.538.453)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.548.063)</u>	<u>(1.692.848)</u>	<u>(1.887.330)</u>	<u>(1.926.840)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC	-	<u>(144.786)</u>	<u>(194.482)</u>	<u>(233.992)</u>

Risco de Liquidez

A Cemig Distribuição apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, podem ser observadas na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	9.881	71.175	582.048	1.835.871	305.451	2.804.426
- Pré-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(381)*	(1.144)*	110.204	598.117	-	706.796
	<u>9.500</u>	<u>70.031</u>	<u>692.252</u>	<u>2.433.988</u>	<u>305.451</u>	<u>3.511.222</u>

* Custo de Transação (CPC 08), a ser apropriado mensalmente no período contratual, sendo que neste intervalo não haverá pagamento de juros, nem do principal.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também, são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para devedores duvidosos constituída em 2011, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$311.543.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig D administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a CEMIG divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em dois fundos de investimentos, que possuem, aproximadamente, 20% da carteira total. Os fundos de investimentos aplicam os recursos, exclusivamente, em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Rating de duas agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	7,0%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

** O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco quanto à Escassez de Energia

A Energia vendida é substancialmente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. Todas as cláusulas restritivas foram atendidas em 31 de dezembro de 2011. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 16 das Demonstrações Contábeis.

Risco de não Renovação das Concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica que incluem cláusula de renovação por mais 20 anos com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia quando do vencimento dos contratos de concessão, em fevereiro de 2016. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos, registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos destas operações representaram um ganho em 2011 no montante de R\$14.702 (perda de R\$5.216 em 2010), registrados no resultado financeiro. A contraparte da operação de derivativos é o banco Santander - ABN e os contratos são de *swap* cambial e de taxa de juros.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os riscos financeiros relativos á volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar negativamente sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, também, a implementação de diretrizes relativas ao ambiente de Riscos Financeiros ao implementar planos de ação.

Metodologia de Cálculo do Valor Justo das Posições

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foi elaborado, considerando as cotações de Mercado do papel ou informações de Mercado, que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de Mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de Mercado, em Reais.

O quadro a seguir apresenta o instrumento derivativo contratado pela Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor Principal Contratado		Perda não Realizada			Efeito Acumulado			
				2011	2010	Valor Conforme Contrato		Valor Justo	Valor Recebido		Valor Pago	
				2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$17.226	US\$27.263	(48.351)	(70.565)	(47.611)	-	-	(28.806)	(24.181)
Taxa de 11,47% a.a.	Taxa de 96% de CDI	Vencimento em 10/05/2013	Balcão	R\$600.000	R\$600.000	22.587	1.294	7.580	-	-	-	-

A contraparte das operações de derivativos da Companhia é o Banco Santander - ABN, e os contratos são de *swap* cambial e de indexadores.

Análise de Sensibilidade

O instrumento derivativo descrito acima indica que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia, com base em nossos consultores financeiros, estima que a taxa do CDI para o fim de 2012 será de 9,5%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação a 31 de dezembro de 2012, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente.

Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 31 de dezembro 2012 seria de 11,88% e 14,25% respectivamente.

a) Risco da variação do CDI em relação à variação do Dólar

	Cenário Base 31/12/2011 11%	Cenário Provável 9,5%	Cenário Possível 11,88%	Cenário Remoto 14,25%
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	32.312	35.382	36.149	36.916
Efeito Líquido da Variação do CDI		(3.070)	(3.837)	(4.604)
Risco - Alta do US\$				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	32.312	28.493	35.617	42.740
Efeito Líquido da Variação do US\$		3.819	(3.305)	(10.428)
Efeito Líquido		(6.889)	(532)	5.824

b) Risco da variação do CDI em relação à taxa fixa de 11,47% a.a.

	Cenário Base 30/09/2011	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 96% do CDI	600.000	654.720	668.400	682.080
Efeito Líquido da Variação do CDI		(54.720)	(68.400)	(82.080)
Risco - Taxa Fixa de Juros				
Contratos atualizados a 11,47% a.a.	600.000	668.820	668.820	668.820
Efeito Líquido da Variação da taxa de juros		(68.820)	(68.820)	(68.820)
Efeito Líquido		14.100	(420)	(13.260)

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os instrumentos derivativos.

c) Administração de Capital

A dívida da Companhia para a relação ajustada no capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2011	2010
Total do Passivo	8.078.067	7.222.663
Caixa e Equivalentes de Caixa	(527.296)	(503.409)
Títulos e Valores Mobiliários	(5.000)	(32)
Dívida Líquida	7.545.771	6.719.222
Total do Patrimônio Líquido	2.656.463	2.376.899
Valores Acumulados no Patrimônio Líquido Referente a Hedge de Fluxo de Caixa	-	-
Capital Ajustado	2.656.463	2.376.899
Relação Dívida Líquida sobre Capital Ajustado no final de dezembro	2,84	2,83

27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 31/12/2011	Valor justo em 31 de dezembro de 2011		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Caixa e Depósitos Bancários	43.411	-	43.411	-
Títulos e Valores Mobiliários	5.000		5.000	
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	467.416	-	467.416	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	2.792	2.792	-	-
Letras do Tesouro Nacional	909	909	-	-
Outros	12.768	-	12.768	-
	483.885	3.701	480.184	-
Passivos				
Contratos de Swaps	40.031	-	40.031	-

Metodologia de Cálculo do Valor Justo

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Contratos de *Swaps*: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de *swaps* é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do *swap* da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador pelo mercado na data de mensuração. A precificação da ponta Dólar do *swap* é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

28. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de vigência	Importância Segurada (*)	Prêmio Anual (*)
Almoxarifados, Instalações e Equipamentos de Telecomunicações	Incêndio	08/11/2011 a 08/11/2012	R\$597.457	R\$144
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$940 mil	Total	07/12/2011 a 07/12/2012	(**)R\$460.647	R\$666
Aeronáutico - Aeronaves	Casco	29/04/2011 a 29/04/2012	US\$4.808	US\$93
	Responsabilidade Civil		US\$14.000	

(*) Valores expressos em R\$Mil ou US\$ Mil

(**) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$186.615 mil.

A Companhia não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Cemig não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A Companhia não tem sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

29. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	626.000	1.309.315	826.869	227.777	215.811	204.386	101.064	3.511.222
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	742.317	750.683	605.620	629.081	603.223	623.061	27.310.502	31.264.487
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	74.595	78.663	63.228	66.386	66.212	68.961	1.889.922	2.307.967
Compra de Energia - Leilão	2.259.814	2.119.471	1.889.298	2.313.910	2.439.899	2.813.570	76.478.447	90.314.409
Outros contratos de Compra de Energia	285.105	288.406	301.550	302.527	263.000	268.328	1.934.818	3.643.734
Dívida com Plano de Pensão - Forluz	53.687	35.168	37.278	39.515	41.886	44.399	361.170	613.103
Total	4.041.518	4.581.706	3.723.843	3.579.196	3.630.031	4.022.705	108.075.923	131.654.922

30. REAJUSTE TARIFÁRIO E REVISÃO TARIFÁRIA DA COMPANHIA

Em 8 de abril de 2011 a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário de 2011 da Companhia. O resultado homologado pela ANEEL representa um reajuste tarifário de 10,47%, constituído de dois componentes: (i) Estrutural de 8,08% constituído pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e, (ii) Financeiros de 2,39%, que vigorará até abril de 2012. Com a retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário de 2010, de 3,23%, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos da Companhia foi de 7,24%.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 07 de fevereiro de 2012, a ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 474, estabeleceu as novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico com base na revisão da vida útil dos ativos. A aplicação das novas taxas será a partir de 01 de janeiro de 2012. A Companhia está em processo de avaliação quanto aos impactos decorrentes dessa alteração em seus Ativos Financeiros e Intangíveis.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Djalma Bastos de Moraes
Diretor-Presidente

Arlindo Porto Neto
Diretor Vice-Presidente

Luiz Fernando Rolla
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Frederico Pacheco de Medeiros
Diretor de Gestão Empresarial

Fuad Jorge Noman Filho
Diretor de Gás

José Raimundo Dias Fonseca
Diretor Comercial

Luiz Henrique de Castro Carvalho
Diretor

Fernando Henrique Schüffner Neto
Diretor de Desenvolvimento de Negócios

José Carlos de Mattos
Diretor de Distribuição e Comercialização

Luiz Henrique Michalick
Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

Maria Celeste Moraes Guimarães
Diretora Jurídica

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Mário Lúcio Braga
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-47.822